



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

2ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO - TRABALHADORES

Ata da ordem do dia 31 de outubro de 2011

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

1ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO - TRABALHADORES

Local: Ministério do Trabalho e Emprego, Bloco “F”, Sala 433, 4º andar – Brasília/DF.

Data: 31 de outubro de 2011

Participantes: Sérgio Paixão Pardo, GM; Ângela Cristina Casal Regasso, SE; Sérgio Araújo Sepúlveda, SE; Danielle Kineipp de Souza, SPPE; Valmor Schiochet, SENAES; Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira, SIT; Álvaro Ferreira Egea, CGTB; José Carlos Padilha Aeas, CTB; Jacy Afonso de Melo, CUT; Rosana Sousa, CUT; Jasseir Fernandes, CUT; Agilberto Seródio, NCST; Epitácio Antônio dos Santos, NCST; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT; Pedro Armengol, CUT; César, NCST; Clóvis Scherer, DIEESE; Nilson, SRT; Maria M. C. Castro, CUT; Ibrahim Yusef, CGTB; Márcio Paiva, CGTB; Danielle Souza, CUT; Airton G. Santos, FS; Luiz G. Negreiros, CGTB; Manoel Messias Melo, CUT; Wilson Nunes Kruger, SRT; André Grandizoli, SRT; Zilmara Alencar, SRT; e, Sebastião Soares, NCST.

1 Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e onze teve início a 2ª Reunião da Câmara
2 Bipartite Governo – Trabalhadores, sob a coordenação do Sr. Francisco Canindé Pegado do
3 Nascimento. **Item 1. Aprovação de ata.** O Coordenador, informando ser essa a primeira reunião
4 formal, após a instalação das Câmaras Bipartites em 19 de setembro de 2011, procedeu à aprovação
5 da ata dessa reunião, indagando se havia alguma observação. Em não havendo, a ata foi aprovada
6 pelo Pleno. **Item 2. Definição do coordenador e suplente dos trabalhadores e do suplente do**
7 **Ministério do Trabalho e Emprego.** Para registro em ata, indicou os nomes do Coordenador e
8 Suplentes. **Item 3. Participação das Centrais Sindicais, Conselhos, Fóruns e demais órgãos**
9 **colegiados.** Após colocações, ficou consensuado na Câmara Bipartite que a participação das
10 Centrais em Conselhos, Fóruns e demais órgãos, seguiria a Lei nº 11.648. A seguir, propôs
11 **Inversão de Pauta,** com a concordância do Pleno. **Item 6. Projeto de Lei sobre atos anti-**
12 **sindicais.** O Sr. Manoel Messias, após discorrer sobre a questão, indicou que a primeira questão a
13 ser levantada era qual a posição do MTE com essa decisão do Projeto de Lei. O Coordenador
14 esclareceu que antes da criação dessa Câmara, o MTE e as Centrais já vinham debatendo o tema,
15 havendo algumas discussões sobre o que deveria ou não constar no projeto, resolvendo-se trazer o
16 tema para essa Câmara. Observou que gostariam de ouvir das Centrais uma definição com relação à
17 posição do governo naquela oportunidade. O Sr. Manoel Messias indicou que após essa discussão, o
18 MTE havia apresentado um documento contendo boa parte das contribuições das Centrais, mas
19 havendo divergência com relação à seção dois da minuta de projeto apresentado pelo governo, que
20 tratava dos atos de origem sindical. Destacou que as Centrais sentiam a importância de construir
21 essas normas em conjunto com a Câmara Bipartite e com o MTE, rediscutindo a minuta que trazia
22 divergência de princípio na questão da inclusão desses pontos que regulava a vida dos sindicatos,
23 independente do mérito de cada desafio. O Sr. José Carlos Areas observou que entendiam que essas
24 práticas anti-sindicais deveriam ser direcionadas à relação capital e trabalho, que era o foco da
25 prática, devendo se construir um projeto de regulamentação para que pudessem democratizar as
26 relações sindicais. O Sr. André observou que não se tratava apenas da relação capital trabalho, visto
27 envolver o estado agindo contra a organização sindical, com a CRT defendendo que atos anti-

28 sindicais eram praticados pelo estado contra a ação sindical do empregador, mas também pela
29 própria entidade sindical contra outra de trabalhadores, o que também deveria ser abordado. Relatou
30 que haviam feito algumas considerações na última conversa que haviam mantido, com a ideia sendo
31 trazer a debate para se chegar a um consenso e tentar mandar um projeto único para o Congresso. O
32 Sr. José Carlos Areas falou sobre o entendimento existente sobre o relacionamento entre os
33 sindicatos, o que não deveria constar no projeto, com as mesmas podendo organizar entre si uma
34 norma de relações democráticas entre si e os seus associados. O Coordenador ponderou que as
35 práticas anti-sindicais não tiveram origem nas relações brasileiras, mas sim em outros países, que
36 não respeitavam a organização sindical, apesar de o Brasil ter esses problemas, mas nunca com o
37 envolvimento da própria organização sindical, que sofria as práticas anti-sindicais. Citou a
38 legislação e os artigos que precisavam ser contemplados, informando que as entidades sindicais,
39 desenhariam uma proposta relacionada às suas conjunturas internas, chamada intra-sindical, para
40 encontrar determinadas convergências respeito à ação sindical propriamente dita no estado
41 brasileiro, citando alguns exemplos. Dirigindo-se ao Sr. André, esclareceu que colocar essa questão
42 em uma lei específica de práticas anti-sindicais, não significaria concordar com as mesmas contra
43 os próprios representados, sendo que nesse contexto essas práticas estavam vinculadas à relação
44 capital/trabalho e estado/trabalho. Observou que como o MTE não havia prosseguido na discussão e
45 respeitado o contexto da Câmara, passariam a discutir ponto a ponto, mas já deixando esse
46 indicativo para o Ministério de que o capítulo um, específico sobre as entidades sindicais, não
47 deveria constar do projeto. O Sr. Manoel Messias falando sobre a questão, indicou que a CUT
48 entenderia que deveria haver alguns princípios básicos para garantir que o trabalhador tivesse seus
49 direitos e pudesse interferir na vida sindical. Que paralelo a essas questões, deveriam discutir esses
50 temas em conjunto com a vontade das Centrais expressas nas últimas reuniões em se construir uma
51 espécie de código de autoregulação e no que fosse necessário converter em lei ou em normas. Que
52 se deveria se trabalhar em cima de uma proposta de Projeto de Lei, pontuando as divergências
53 existentes, caso no qual deveriam discutir um pouco mais, mas que o assunto não deveria ficar
54 parado. O Sr. Manoel Messias ressaltou que para as Centrais era importante que retomassem o
55 debate, tentar construir o melhor projeto consensuado ou com o governo, dando mais força para
56 avançar no Congresso Nacional. Almejou que a partir do posicionamento da Câmara, o Ministério
57 se posicionasse e apresentasse uma proposta, mas mantendo o combinado de não discutir esse tema
58 com os empregadores, antes de terem essa rodada de debates, considerando importante ter um
59 consenso com o governo. O Sr. André concordou com a proposta de debater ponto a ponto,
60 consolidando ou chegando a um acordo, mas considerando improvável que o governo mandasse o
61 projeto sem ouvir os empregadores, por ser complicado ouvir apenas uma parte diante de um
62 Conselho tripartite. Destacou que deveriam aprofundar a discussão nesse espaço, visto a relevância
63 do tema e sua ocorrência dentro do movimento sindical. Destacou que o instrumento a ser
64 preparado sobre práticas anti-sindicais deveria ser separado da proposta apresentada, mas
65 esclarecendo que não estavam se recusando a fazer essa segunda discussão. O Sr. José Carlos Areas
66 considerou que deveriam colocar esse debate entre as Centrais Sindicais para que pudessem
67 democratizar essas relações, inclusive intersindical, sendo essa uma preocupação da bancada dos
68 trabalhadores. O Coordenador colocou o encaminhamento: que o governo apresentaria esse
69 comparativo do projeto, com os demais segmentos discutindo nas suas respectivas áreas o projeto
70 de práticas anti-sociais, trazendo para a próxima reunião. Item 5. Os mecanismos de aferição de
71 **representatividade das Centrais Sindicais.** O Sr. Manoel Messias, falando sobre a questão,
72 destacou que gostaria de dividir o tema a em dois pontos, a definição de critérios e de mecanismos
73 permanentes de aferição da representatividade das Centrais. Enfatizou que deveriam ter feito essa
74 discussão desde o momento em que foram constituídas as Centrais de forma mais permanente,
75 definindo instrumentos formais de aferição e uma análise mais aprofundada dos atuais instrumentos
76 existentes, falando sobre a questão. Como bancada, considerava que deveriam fazer uma revisão do
77 Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, definindo as informações necessárias e sugerindo a

78 criação de um grupo no MTE para fazer essa revisão, sendo acompanhado tecnicamente por
79 representantes designados pelas Centrais. Considerando o tempo disponível, observou que esse
80 instrumento poderia estar pronto e aferir o período 2012/2013, garantindo confiabilidade ao novo
81 sistema, haja vista a discussão e superação dos problemas que eventualmente haveria no cadastro
82 atual, além de mecanismos de transparência. Informou que haviam feito um ofício para a
83 Coordenação do Conselho solicitando repassar para as Centrais as relações de trabalho e a situação
84 de cada uma, além de outros dados indicados para fazer a mensuração 2012. O Sr. Manoel Messias
85 esclareceu que teriam que definir esse cronograma com os procedimentos e encaminhamentos,
86 considerando que o prazo era curto. Que a ideia era que trabalhassem nesse momento com a
87 informação que estava na ata de posse, com o número de associados como aptos a votar como havia
88 sido feito nesses três anos de aferição por parte do MTE, solicitando a contribuição daqueles que
89 haviam participado da oficina que havia aprofundado o assunto. O Coordenador destacou que o
90 assunto se dividia em dois pontos: a representatividade 2011/2012 e o período subsequente. Que
91 queriam dar ao MTE a sua contribuição para que a representatividade não sofresse nenhuma crítica
92 ao trabalho realizado pelo mesmo, com as Centrais Sindicais debatendo internamente esses
93 mecanismos de aferição com essa garantia. Observou que em 2011/2012 não havia como promover
94 alterações, sem tempo hábil para incorporar qualquer tipo de novidade no que o Ministério vinha
95 realizado em termos de aferição. Que a solicitação era no sentido de que o MTE informasse a lista
96 atualizada de associados para cada uma das Centrais Sindicais, apresentando a ata com o número de
97 afiliados. O Sr. André esclareceu que o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais previa a
98 solicitação de dados referente à atualização dos mandatos, informando que se os mesmos não
99 fossem atualizados, o MTE disporia apenas de informação da eleição anterior. Que face a essa
100 situação, pediam para que cada uma das Centrais Sindicais recebesse de forma individualizada os
101 dados referentes a suas afiliadas, os dados da última aferição e as atualizações feitas. Que
102 comunicavam com dois meses de antecedência para poder cobrar o envio das informações ao MTE
103 até dia 31 de dezembro, data final de protocolo da documentação no Ministério, esclarecendo que a
104 ata solicitada era aquela registrada quando da eleição do sindicato. O Sr. José Carlos Areas
105 ponderou que ademais das informações solicitadas, os novos filiados, mais sindicatos afiliados
106 atualizassem os parâmetros do ano passado, para que as Centrais tivessem todas essas informações
107 e pudessem acompanhar esse processo junto com o MTE. O Coordenador esclareceu que estavam
108 solicitando as listas atualizadas das entidades validadas com número de filiados da respectiva
109 Central Sindical, com a mesma podendo ser discutida internamente, se fosse o caso. O Sr. Jacy
110 observou que essas informações de aferição seriam privadas até o momento da correção no dia 31
111 de dezembro, sendo que a partir do encerramento do protocolo a informação seria pública para
112 todas as Centrais Sindicais. O Coordenador concordou com essa colocação, observando que com o
113 recebimento dessa listagem poderiam fazer as atualizações ou correções necessárias, com o prazo
114 sendo 31 de dezembro, e até essa data, promoveriam outras discussões e veriam como seria a sua
115 publicização. O Sr. André esclareceu que os dados perenes serviam para atualização de endereço,
116 de diretoria e de filiação, mas não existindo uma padronização para a captura das informações. O
117 Sr. Jacy complementou que haviam proposto um grupo permanente para estudar esse assunto.
118 Prosseguindo, o Sr. André falou sobre a correção de dados e que poderiam ocorrer em grande
119 número, não havendo capacidade o atendimento dessa demanda, tendo que se pensar como tratar
120 esse assunto. Ressaltou que desde a última aferição não haviam mais atualizado os dados de
121 filiação. O Sr. Jacy, após colocações, observou que poderiam receber nessa informação, além do
122 relatório feito, quais os sindicatos que haviam feito indicação à CUT e de diretoria nesse ano. O Sr.
123 André indicou o sistema ao qual tinham acesso pela *internet*, e pelo qual poderiam acompanhar
124 essas mudanças, com o Sr. Jacy informando que precisaria de três informações: Quem havia
125 indicado a CUT esse ano, quem permaneceu filiados à Central e atualizado a diretoria esse ano e o
126 relatório individualizado da aferição do ano passado. Destacou ser direito de qualquer sindicato
127 atualizar as suas informações no MTE, sendo preciso esclarecer como o Ministério executaria esse

128 serviço. A Sra. Zilmara discorreu sobre o histórico da instituição de cadastro pelo MTE, que o havia
129 implementado para saber base territorial e categoria, sem a inclusão de nenhum outro dado, zelando
130 pela unicidade sindical. Ponderou que a responsabilidade tinha que ser dividida, com essa obrigação
131 não sendo apenas do MTE, o qual poderia pedir que uma equipe fizesse parte do grupo das Centrais
132 e ajudasse nessa aferição. Esclareceu que havia ficado definido, desde dezembro do ano anterior,
133 que o MTE não faria mais esse trabalho, não tendo mais essas informações, que se haviam perdido.
134 Observou que o material físico solicitado poderia ser entregue, mas buscar essas informações seria
135 difícil. O Coordenador ponderou que ninguém estava se omitindo, tendo recebido essa informação
136 em dezembro do ano passado pelo próprio Ministro, para que as Centrais encontrassem os meios
137 para a próxima aferição, mas que não sabia que os dados, a partir dessa data, não estavam sendo
138 atualizados, estando diante de uma situação bastante delicada. Discorreu sobre a necessidade de se
139 procurar uma alternativa para o trabalho que era realizado anteriormente, não existindo outro tipo
140 de aferição, outro tipo de banco de dados para aferir a representatividade, considerando a
141 proximidade do final do ano e o fato de o MTE não ter atualizado os dados existentes. O Sr. Jacy,
142 colocando a situação atual, sugeriu que parassem a partir da solicitação da informação, e a bancada
143 dos trabalhadores analisaria a situação frente a essa informação, indagando quais seriam os dados
144 da aferição e as SDs de filiação desse ano. Após algumas colocações, a Sra. Zilmara falou sobre
145 algumas situações que poderiam ocorrer quanto à filiação de um sindicato em uma ou mais de uma
146 entidade, ponderando que muitas das SDs poderiam não valer mais, considerando essas mudanças
147 de filiação. O Sr. Jacy observou que as novas tecnologias permitiam a geração de um novo relatório
148 de acordo com as informações, permitindo verificar as SDs desse ano. O Sr. Manoel Messias
149 ressaltou que os dados sobre os sindicatos filiados a cada uma das Centrais existiam, e sendo o que
150 precisavam para poder chegar à representatividade, com a SD da Diretoria que informava a
151 quantidade de sócios. O Sr. Jacy complementou que precisariam ter as informações de SD desse
152 ano de filiação e desfiliação, com a Sra. Zilmara indicando que passariam para todas as Centrais as
153 SDs que haviam sido validadas nesse ano. O Sr. Jacy esclareceu que essa informação seria
154 individualmente, com o MTE encaminhando um dossiê de um relatório sobre a aferição desse ano,
155 as informações individualizadas de cada sindicato, as SDs de filiação e desfiliação e as SDs que
156 haviam sido atualizadas de Direção esse ano. O Sr. Jacy observou que a partir do recebimento dessa
157 informação, voltariam e conversariam com o MTE, mas precisando desse prazo para gerar qualquer
158 proposição. A Sra. Zilmara indagou se pegariam a data de protocolo ou de validação, visto que a
159 data de protocolo levada em consideração para essa última aferição havia sido 31 de dezembro, ao
160 que o Sr. Jacy ressaltou que poderia ter uma entidade que havia feito o protocolo e validada em
161 janeiro. O Sr. André esclareceu que o mais importante seria saber qual a diferença entra a última
162 aferição e atualmente, sabendo que havia entrado e quem havia saído. Observou que o que mais
163 interessaria às Centrais seria a data de validação da SD de Diretoria, discorrendo sobre as
164 dificuldades para conseguir essas informações, considerando a equipe de que dispunha. A Sra.
165 Zilmara sugeriu entregar o banco de dados para as Centrais, que fariam esse trabalho, com o Sr.
166 André indicando que o DIEESE distribuiria, sendo uma relação de dados. O Sr. José Carlos Areas
167 indicou que sua preocupação era que estavam fechando o ano, não dando para repetir o mesmo
168 dado do ano passado, o que traria problemas, e ainda teriam que corrigir, devendo já tentar avançar
169 para atualizar essa SD, caso contrário poderiam ter problemas. O Sr. Manoel Messias observou que
170 cada Central conferiria as suas mudanças, com o Sr. André informando que repassaria essas
171 informações com o banco de dados do dia 31 de outubro às 18h. O Sr. Manoel Messias indicou que
172 teriam que manter um esquema de trabalho de 31 de outubro a 31 de dezembro, podendo ocorrer
173 alterações durante esse período, tendo que ter uma relação final em 31 de dezembro com as
174 mudanças porventura existentes. O Sr. Sebastião ressaltou que não iriam desprezar a forma que se
175 havia aferido no ano passado e se tivessem a relação das entidades validadas no ano passado para
176 chegar naquele percentual, e a relação das entidades que estavam validadas atualmente, teriam
177 condições de cada Central saber quais eram as novas filiações e quais as que tiveram eleição nesse

178 período. Que estariam atualizando com o mesmo critério usado no ano passado, com um pouco de
179 clareza, discorrendo sobre as situações que poderiam ocorrer e seus resultados. Concluindo, o Sr.
180 Sebastião observou que a sugestão do Sr. Jacy facilitaria esse trabalho, com a relação do ano
181 passado validada com os percentuais, a relação atual, podendo checar apenas as novas filiações e as
182 que tiveram eleição nesse período, independente de terem mudado de central ou não. O Sr. André
183 ponderou que mesmo que entregassem o que havia sido solicitado, cobrariam um retorno do pedido
184 de atualização desses dados, mas com o MTE não tendo tempo hábil para fazer essas atualizações.
185 O Sr. Manoel Messias destacou que o primeiro passo seria o recebimento dessas informações,
186 marcariam uma reunião entre as Centrais, pois depois teriam que com esses dados com um prazo
187 curto para uma nova reunião, para cada uma apresentar sua situação e ver como o solucionariam.
188 Destacou que todos gostariam de outro caminho de aferição, mas não haviam conseguido construir
189 uma proposta consensuada, não tendo nesse momento uma alternativa para esse ano, a não ser
190 trabalhar com o que já existia e ir aos poucos montando outra proposta. O Sr. Sebastião falou sobre
191 a situação atual e cuja representatividade teriam que aferir, havendo mil e poucos sindicatos que
192 tiveram eleição nesse ano, sendo isso que alteraria o percentual, com as eleições trazendo um novo
193 número de associados. A Sra. Zilmara ponderou que ao receber seus dados, cada Central iria atrás
194 das informações sobre eleição e seus resultados, conferindo as informações existentes em cada
195 Central. O Sr. José Carlos Areas indicou que teriam que ter um período para receber esse relatório
196 para que pudessem tratar desses problemas e fazerem a discussão. Que sem esse relatório teriam
197 problema mais à frente, indagando quando receberiam esse documento, com a Sra. Zilmara
198 indagando se até a próxima segunda-feira às 14h. Considerando o trabalho a ser realizado, o Sr.
199 Jacy ponderou que funcionários das Secretarias teriam que fazer um mutirão para atender essas
200 reivindicações, lembrando que ademais das SDs havia a SR. Ressaltou que não estava tratando de
201 eleições sindicais desse ano, mas sim de informações do MTE, que estavam desatualizadas. A Sra.
202 Zilmara informou ter enviado em abril desse ano, ofício para 3.820 entidades que estavam com o
203 seu mandato desatualizado, ademais daquelas cujos dados não haviam conseguido, sendo ainda
204 maior esse universo de informações por obter. O Sr. Jacy reiterou que as informações fossem
205 entregues na segunda-feira, dia em que começariam a trabalhar, com o Sr. André discriminando os
206 dados a serem encaminhados para cada Central. A Sra. Zilmara observou que esses dados deveriam
207 abranger todas as Centrais, as quais teriam que participar do grupo a ser formado, com o Sr. Manoel
208 Messias esclarecendo que as novas Centrais deveriam receber essas informações e ter o mesmo
209 prazo para responder. Concluindo, a Sra. Zilmara, como encaminhamento, que o MTE deverá
210 propiciar a todos que constassem no cadastro, sem representatividade, sendo decidido nessa Câmara
211 Bipartite dessa forma, com a Presidente da mesma informando para todas as Centrais. O
212 Coordenador, dirigindo-se à Sra. Zilmara, indagou se aquelas entidades, cujo relatório referente à
213 permissão de representatividade havia sido encaminhado durante o ano de 2010 para o ano de 2011,
214 dando a aferição de porcentagem, de representatividade. Que havia um grupo de entidades que
215 estavam com essa informação zerada, indagando se encaminharia a SR para poder atualizar a
216 informação, com a Sra. Zilmara esclarecendo que se já tivessem atualizado seria uma SD de
217 Diretoria, esclarecendo sua colocação. O Coordenador observou que havia mais dois itens a serem
218 discutidos, com o Sr. Manoel Messias informando ter que responder à consulta da Coordenação do
219 Conselho. A Sra. Zilmara informou que até segunda-feira, seria expedido pela Presidência da
220 Câmara Bipartite um ofício dirigido a todas as Centrais Sindicais com registro, para o que
221 encaminhariam até o dia seguinte a relação de todas as Centrais que tinham cadastro ano Ministério,
222 para expedição desse ofício. Que ficava esclarecido de que qualquer informação que fosse
223 capturada para que fornecessem os dados solicitados, deveriam ser feitos naquelas entidades que
224 não possuíam registro atualizado, cadastro atualizado por meio de SR, e todas aquelas que já tinham
225 cadastro atualizado, que fizessem uma menção de Diretoria por meio de SD. O Coordenador
226 esclareceu que as Centrais tinham que indicar claramente as entidades que estavam filiadas à
227 Central, havendo vinte entidades totalmente zeradas, sem nenhuma eleição. Que se deixassem

228 assim, continuaria não contribuindo com nada para a aferição do ano seguinte, faltando uma ata de
229 eleição, registrada em cartório, com a SD sendo o documento para poder atualizar essa informação
230 dentro da entidade zerada. O Coordenador esclareceu que atualmente não era exigido que a ata de
231 diretoria fosse registrada em cartório, mas se fosse para mudar, isso seria feito. O Sr. Manoel
232 Messias esclareceu que do ponto de vista legal, uma diretoria só poderia tomar posse de um
233 sindicato se houvesse uma ata de posse registrada em cartório. O Coordenador ressaltou que
234 estavam dentro de um tipo de procedimento que já estava chegando ao final do ano, não se devendo
235 mudar as regras a essas alturas, ficando para o próximo ano, deixando o registro de ata em cartório
236 como estava atualmente. O Sr. Jacy esclareceu que estava tomando conhecimento nessa
237 oportunidade, de que a ata não precisava ser registrada. A Sra. Zilmara complementou que
238 atualmente conforme a portaria que regia a SD, a ata não precisava de registro em cartório. Que
239 para poder começar a validar, diferentemente do que estava sendo proposto, inicialmente seria
240 preciso alterar a instrução normativa interna porque a SD era validada nas regionais, as quais
241 deveriam ser orientadas para que a partir de determinada data, só validassem com a eleição
242 registrada em cartório e, como tratariam aquelas entidades que, nesse meio tempo haviam entregue
243 a documentação sem registro. Que se a bancada decidisse que isso seria feito, disparariam o
244 mecanismo para essa alteração. O Sr. Jacy destacou que na sua proposição era de que todos que
245 haviam sido entregues ao Ministério do Trabalho estavam valendo, não querendo fazer mudanças.
246 O Coordenador ponderou que estavam agindo dentro da regra, e se baixassem uma instrução de que
247 as atas deveriam ser registradas, estariam deixando muitos sindicatos fora dessa situação. O Sr.
248 Manoel Messias observou que isso poderia ser contornado, sendo que após a publicação da Portaria
249 teria que ser protocolada anexando a ata respectiva. Que a regra do jogo não mudaria para quem
250 havia começado a jogar, mas mudaria para quem jogaria depois da correção na Portaria, com a Sra.
251 Zilmara indagando se era para tomarem essa decisão, ao que o Coordenador informou que essa
252 questão seria discutida. O Sr. Manoel Messias solicitou o registro em ata que a posição da CUT era
253 aquela expressa por ele nessa oportunidade. O Sr. Jacy solicitou o registro de que a posição da Nova
254 Central, era que configurasse o registro, considerando que quando fosse levado a algum banco,
255 nenhum fornecia qualquer procedimento que não fosse registrado em cartório, questionando porque
256 não o fazer junto ao Ministério. O Sr. Álvaro destacou a importância do registro para ter maior
257 transparência, mas gostaria de discutir essa matéria com mais profundidade, chegando-se a um
258 consenso de todas as Centrais. O Coordenador destacou que a questão seria dividir a
259 responsabilidade, trabalhando-se para poder retornar com as informações em um prazo ainda a ser
260 discutido na próxima reunião, com esses dados atualizados e de que forma essas informações
261 retornariam para o Ministério do Trabalho. O Sr. Manoel Messias ponderou que na segunda-feira
262 receberiam essa relação, tendo que se marcar a próxima reunião para as Centrais poderem seguir
263 adiante. A Sra. Zilmara indagou se na segunda-feira teriam condições de fazer uma reunião, quando
264 o Sr. André explicaria a metodologia desenvolvida, e que era importante para o recebimento desses
265 dados, podendo, também, escolher dois representantes das Centrais para essas informações. Após
266 algumas colocações, ficou acordado que essa reunião seria feita na segunda, de 14h30min às
267 15h30min, e na terça-feira, de 11 às 12h, dependendo da disponibilidade dos representantes das
268 Centrais. A Sra. Zilmara citou os dois itens de pauta pendentes, a colônia de pescadores e a questão
269 dos aposentados. O Sr. Manoel Messias esclareceu ser posição da bancada de que para a aferição de
270 2011/2012, não trabalharem com a colônia dos pescadores nem sindicato de aposentados. O Sr.
271 Carlos Cavalcante esclareceu que a Força Sindical era favorável à discussão desses dois temas. O
272 Coordenador informou ter sido realizada uma reunião pela manhã, quando a maioria havia decidido
273 não incluir na representatividade de 2011/2012 essas duas categorias, com a UGT sendo voto
274 vencido. O Sr. Carlos Cavalcante ponderou que essa questão dos pescadores e dos aposentados era
275 fundamental para a Força Sindical, informando ter acompanhado o problema dos pescadores, sendo
276 um assunto muito preocupante. O Coordenador, para registro em ata, informou a representação que
277 haviam escolhido para as Câmaras de Servidores Públicos. Nas Câmaras Bipartites, presidência,

278 bancada dos trabalhadores a composição completa é essa, com os dados de hoje. A Câmara
279 Bipartite, bancada dos trabalhadores: presidência: (*Ininteligível*), suplência: José Areas da CTB;
280 Coordenador de Bancada: Agilberto, Nova Central Sindical; e, Suplente de Coordenador: Álvaro
281 Egea, CGTB. Na Câmara Bipartite Servidores e Governo: presidência: Luiz Cláudio Santana, CTB;
282 Suplente de Presidente: Mauro Zica Júnior, Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Coordenador
283 de Bancada: Pedro Mengon, Central Única dos Trabalhadores; e, Suplente de Coordenador: Luiz
284 Neo Neves Mazano. O Sr. Manoel Messias colocou que havia sido combinado no Conselho que a
285 instalação fosse imediata, iniciando-se a discussão. A Sra. Zilmara esclareceu que se a indicação já
286 havia sido feita, a presidência já assumiria e marcaria a data e a pauta para a reunião e só informaria
287 ao governo, que ficaria no aguardo da data, local, horário e da pauta, solicitando que a mesma
288 chegasse uns cinco dias antes para o governo de programar. O Sr. Manoel Messias indicou que a
289 CTB ficaria encarregada de fazer esse calendário. Vencida a pauta dessa reunião, o Coordenador
290 indagou se havia algum assunto extra-pauta. O Sr. Jacy, dirigindo-se à Sra. Zilmara, relatou que na
291 reunião que haviam feito sobre os procedimentos de registro sindical dos candidatos, indagou se os
292 procedimentos haviam mudado e se haviam acatado as sugestões. A Sra. Zilmara esclareceu não
293 haver dentro do sistema *SIFT* desenvolvido um específico de distribuição por ordem cronológica,
294 sendo seguida uma ordem cronológica de transmissão e não de recepção de documentos, que era
295 seguida no ato da distribuição para análise. Informou que esse sistema não era viável, tendo sido
296 interrompido havia um mês, sendo desenvolvido o ponto a ponto de como deveriam ser analisados
297 os processos de registro sindical, que seria a distribuição por ordem cronológica de fato, com esses
298 procedimentos complementados pelo Sr. Wilson, tendo sido feita a data de protocolo na regional. A
299 Sra. Zilmara falou sobre o mutirão realizado para colocar em dia os antigos processos de
300 atualização estatutária, visto que os novos registros já estavam andando. Indicou que até que esse
301 sistema de distribuição fosse implantado de fato, ficaria com a Coordenação Geral de Registro
302 Sindical, esclarecendo os critérios adotados. O Sr. Wilson ressaltou que havia vários tipos de
303 processos, com essa análise tendo que ser rápida para não prejudicar a entidade e com a Sra.
304 Zilmara complementando essa informação, observando que quando o assunto fosse pautado,
305 gostariam de apresentar essa proposta. O Sr. Manoel Messias informou que a bancada havia
306 combinado a retomada desse debate para ver se conseguiam construir entre as Centrais Sindicais
307 algum grau de consenso desse tema, existindo sindicato que tinha a ver com a questão do que era
308 um sindicato do trabalho. A Sra. Zilmara ponderou que deveria existir uma orientação,
309 considerando que não sabiam qual o encaminhamento a ser dado, devendo ser pautado como a
310 Coordenação Geral de Serviço Sindical deveria agir quanto a processos de pedido de registro de
311 servidores públicos. O Sr. José Carlos Aneas observou que tinham diversos conflitos que teriam que
312 pautar, citando sua representação dos trabalhadores de educação no setor privado, sugerindo se
313 constituir essas orientações por ramo. A Sra. Zilmara observou que se dentro dessa confederação
314 havia um consenso, poderiam marcar Secretaria de Relações do Trabalho para apresentarem sua
315 proposta, para poderem dar esse encaminhamento. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a
316 tratar, o Coordenador agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião da 2ª Reunião
317 da Câmara Bipartite Governo – Trabalhadores. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo
318 serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
319 aprovada em reunião de 12 de dezembro de dois mil e onze.